

LISTA DE EXERCÍCIOS 6 – TRIBUTOS PATRIMONIAIS

1. UEG/2016 (adaptada) – Em relação ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, verifica-se que:
 - a) o bem imóvel pode ser por natureza ou por acessão física. Neste último caso, englobar-se-á aquilo que se une ao imóvel por acessão.
 - b) a sujeição passiva abrange apenas aquele que detém o direito de gozo, relativamente ao bem, com o domínio exclusivo ou na condição de coproprietário.
 - c) a base de cálculo será o valor venal do bem imóvel, levando-se em consideração o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente ou temporário no imóvel.
 - d) a Constituição Federal de 1988 admite explicitamente a progressividade do IPTU. Assim, passou a ser desnecessária a previsão de tal progressividade em Lei Ordinária municipal.
 - e) o locatário e o comodatário jamais poderão configurar-se como responsáveis tributários do IPTU, por não exercerem o *animus domini*. Podem, no entanto, figurar como contribuintes do IPTU.

 2. FUNDEP/2014 (adaptada) – Sobre o IPTU, assinale a alternativa INCORRETA.
 - a) O IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil.
 - b) O imóvel localizado na zona urbana do Município se sujeitará à tributação do IPTU, ainda que tenha finalidade a exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial.
 - c) A base do cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, no entanto, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.
 - d) Contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel.
 - e) O município é o ente político competente para instituir o IPTU.

 3. CEPERJ/2015 (adaptada) – O fato gerador do imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis e de direitos a eles relativos inclui:
 - a) a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens móveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil.
 - b) a cessão de direitos relativos às transmissões de bens móveis e direitos autorais.
 - c) a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.
 - d) transferência de bem ou direito do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou a exceção dos respectivos sucessores.
 - e) a transmissão, a qualquer título, de bens imóveis e a dação em pagamento de bens móveis.

 4. CONSULPLAN/2015 (adaptada) – No negócio jurídico constituído por: 1. mútuo bancário para compra de imóvel, 2. compra e venda de imóvel com o produto do mútuo bancário e 3. alienação-fiduciária do imóvel em favor do banco mutuante (em garantia do mútuo), pode haver incidência de ITBI (art. 156, II da Constituição Federal), tendo como fato(s) gerador(es):
 - a) somente a compra e venda do imóvel e a alienação- fiduciária em garantia.
-

- b) somente a compra e venda do imóvel.
 - c) o mútuo, a compra e venda do imóvel e a alienação- fiduciária em garantia.
 - d) somente a compra e venda do imóvel e o mútuo.
 - e) somente mútuo e alienação- fiduciária em garantia.
5. FGV/2018 (adaptada) – Sobre a repartição da receita obtida na arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), assinale a afirmativa CORRETA.
- a) Pertence ao município, 50% (cinquenta por cento) do valor do IPVA arrecadado sobre a propriedade de veículo registrado, matriculado ou licenciado em seu território.
 - b) Pertence ao município, 60% (sessenta por cento) do valor do IPVA arrecadado sobre a propriedade de veículo registrado, matriculado ou licenciado em seu território.
 - c) Pertence ao Estado, 100% (cem por cento) do valor do IPVA arrecadado sobre a propriedade de veículo registrado, matriculado ou licenciado em seu território.
 - d) Pertence ao município, 30% (trinta por cento) do valor do IPVA arrecadado sobre a propriedade de veículo registrado, matriculado ou licenciado em seu território.
 - e) Pertence à União 10% (dez por cento) do valor do IPVA arrecadado sobre a propriedade de veículo registrado, matriculado ou licenciado no território brasileiro.
6. FCC/2015 (adaptada) – Analise os itens abaixo.
- I. O IPVA é um imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal, mas pode ser instituído pelos Municípios na ausência de legislação estadual.
 - II. As alíquotas mínimas para o IPVA são fixadas por Resolução do Senado Federal.
 - III. O IPVA pode ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização dos veículos.
 - IV. O IPVA pode ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do veículo, conforme disposição expressa na Constituição Federal.
- Está CORRETO o que se afirmam APENAS em:
- a) II e IV.
 - b) I e II.
 - c) II e III.
 - d) III e IV.
 - e) I e III.
7. VUNESP/2018 (adaptada) – Em relação à competência para exigir o pagamento do imposto causa mortis e doação, é CORRETO afirmar:
- a) tratando-se de bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
 - b) terá a competência regulada por lei estadual se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.
 - c) tratando-se de bens móveis, a competência, no caso de doação, é do domicílio do donatário, mesmo se residente no exterior.
 - d) terá suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar estadual.
 - e) tratando-se de bens imóveis e direito relativos, compete ao Estado onde tiver domicílio o doador.

8. PGE-MS/2014 (adaptada) – Com relação ao imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCD), assinale a opção correspondente:

- I. As alíquotas do imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* poderão ser fixadas livremente pelos Estados e pelo Distrito Federal, desde que respeitada a alíquota máxima de oito por cento (8%) fixada pelo Senado Federal.
- II. O imposto caberá ao Estado da situação do bem, relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, enquanto que com relação aos bens móveis, competirá ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento.
- III. O ITCD é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão, sendo legítima a multa instituída pelo Estado como sanção pelo retardamento do início ou da ulatimação do inventário.
- IV. IV - O sujeito passivo da relação jurídico-tributária do ITCD é o inventariado (*de cujus*), representado pelo espólio.
 - a) Todas estão corretas.
 - b) Todas estão incorretas.
 - c) Somente II e IV estão corretas.
 - d) Somente I, II e IV estão corretas.
 - e) Somente I, II e III estão corretas.

9. CESPE/2017 (adaptada) – Em determinado município, uma associação de produtores rurais solicitou que o prefeito editasse lei afastando a incidência do ITR para os munícipes que tivessem idade igual ou superior a sessenta e cinco anos e fossem proprietários de pequenas glebas rurais, assim entendidas as propriedades de dimensão inferior a trezentos hectares. O prefeito, favorável ao pedido, decidiu consultar a procuradoria municipal acerca da viabilidade jurídica dessa norma.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção CORRETA de acordo com as normas constitucionais e a legislação tributária vigente.

- a) O ITR é um imposto da União e, por conseguinte, é vedado atribuir aos municípios, que não detêm competência para legislar sobre essa matéria, a responsabilidade por sua fiscalização.
- b) Cabe ao município a competência legislativa sobre o ITR, podendo ele instituir hipóteses de isenção e de não incidência.
- c) O ITR é um imposto de competência da União, não podendo o município reduzi-lo ou adotar qualquer renúncia fiscal.
- d) A Constituição Federal de 1988 prevê a imunidade fiscal para os proprietários de pequenas glebas rurais que tenham idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.
- e) O ITR é um tributo com função apenas fiscal, não apresentando nenhuma forma de renúncia fiscal.

10. FCC/2018 (adaptada) – Relativamente ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), compete à União instituí-lo (art. 153, caput, inciso VI). De acordo com a Constituição Federal, ainda, e desde que não implique redução deste imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal, o ITR poderá ser, na forma da lei,

- a) instituído, fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem.
- b) instituído pelos Municípios que assim optarem.
- c) fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem.
- d) cobrado pelos Estados e pelos Municípios que assim optarem, de forma proporcional.
- e) fiscalizado, concorrentemente, pela União, pelos Estados e pelos Municípios que assim optarem.